

# Um modelo falido

28 FEV 1987

EDGAR FLEXA RIBEIRO

O Ministério da Educação divulgou estatísticas sobre o ensino fundamental no Brasil que equivalem ao toque de Finados para os organismos públicos que se ocuparam do assunto nessas últimas décadas — a começar pelo próprio MEC.

É claro que há vários fatores que devem ser considerados para que as coisas tenham chegado ao ponto em que o MEC nos certifica que chegaram. Dentre eles há um, entretanto, que não deriva de opinião, da maneira de ver o mundo e entender as coisas: é o fato estatisticamente comprovado.

Ao longo destes últimos trinta anos, período de tempo que em educação é relativamente curto, o país urbanizou-se com extraordinária rapidez. De uma população predominantemente rural, passamos a ser um país que concentra a maior parte de seus habitantes em centros urbanos.

A consequência disso foi que as estruturas administrativas que geriam competentemente o ensino público oferecido à minoritária população urbanizada se viram ultrapassadas pelos fatos, por falta de consistência na vontade política ou nas soluções técnicas adotadas nas administra-

ções que se sucederam.

Houve tempo em que o ensino oficial, primário e secundário, foi perfeitamente capaz de desempenhar suas funções a contento. Mas o país escolarizável de fato era muito menor, e a pequena pressão da demanda levou a malemolência nacional a crer que se podia esperar um pouco para atender à população escolarizável de direito. E não resta dúvida, pelo que diz o MEC, de que o ensino oficial hoje não só é escasso em relação à população em idade escolar, como é ruim na sua qualidade e na sua rentabilidade.

O número de alunos que permanecem na escola é diminuto. A escola oficial é uma espécie de centrífuga que ejeta a metade dos alunos que recebe para fora do ensino regular, deixando ao sabor do destino que alguns deles, mais tarde, regressem à escola nos cursos supletivos. A própria escola, os prédios em si e o equipamento simples que a atividade exige, vão se transformando em ruínas. O magistério é recrutado como sofreguidão, para ganhar mal, em concursos cujo nível decai proporcionalmente à decadência dos cursos em que se formam os candidatos.

O que parece deixou de ser observado pelo MEC — e pelas Secretarias de Educação — é que continuamos teimosamente insistindo no mesmo modelo de gestão do ensino

oficial que o Brasil tinha há meio século. Claro está que ao longo do período, conforme fossem as vacas mais magras ou mais gordas, os organogramas foram se fazendo mais complexos, e mais sofisticadamente obrigando uma nomenclatura que se reproduz com as características tradicionais do Estado brasileiro: centralizadora, autoritária e, no mais das vezes, descoordenada.

Não há razão alguma para acreditar que, mantido esse modelo já comprovadamente falido, possamos vir a ter um ensino oficial, gratuito e obrigatório como se impõe a uma nação democrática. Nem teremos uma escola particular desempenhando o papel que lhe couber, a salvo das tiradas demagógicas e das medidas de efeito.

A Constituinte está aí. Cumprindo o seu papel, virá a hora de uma lei de diretrizes e bases da educação. Será uma vitória para todos se conseguirmos vencer preconceitos ultrapassados, livrarmo-nos de alguns clichês e encontrarmos uma forma moderna de gerir com mais competência os recursos disponíveis para promover o ensino fundamental para o que é, hoje, uma sociedade de massa urbanizada e carênte.